

**COMO MILTON SANTOS EXPLICARIA O BRASIL NESSE
MOMENTO DE PANDEMIA?**

**HOW WOULD MILTON SANTOS EXPLAIN BRAZIL IN THIS MOMENT OF
PANDEMIC?**

**¿CÓMO EXPLICARÍA MILTON SANTOS A BRASIL EN ESTE MOMENTO
DE PANDEMIA?**

Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Professor de Geografia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/Campus Porto Seguro. Líder do Grupo de Pesquisa Observatório Milton Santos no Extremo Sul da Bahia.
cerqueiraneto.mg@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0001-7358-8958>

Leonardo Thompson da Silva

Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/Campus Porto Seguro. Membro do Grupo de Pesquisa Observatório Milton Santos no Extremo Sul da Bahia.
leonardothompson@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-3844-7313>

Ricardo Rodrigues Mendes

Doutorando em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/Campus Porto Seguro.
ricajoaima@yahoo.com.br / <http://orcid.org/0000-0003-0830-3447>

José André Ribeiro

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/Campus Porto Seguro.
joseandre14@hotmail.com / <http://orcid.org/0000-0003-2983-3447>

Ricardo Almeida Cunha

Doutorando em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/Campus Porto Seguro. Membro do Grupo de Pesquisa Observatório Milton Santos no Extremo Sul da Bahia.
rcunha@ifba.edu.br / <http://orcid.org/0000-0003-4819-2649>

Recebido: 17/03/2021; Aceito: 08/11/2021; Publicado: 30/12/2022.

RESUMO

Certamente que é impossível transcrever literalmente como Milton Santos iria analisar esse cenário de pandemia que estamos vivendo. Primeiramente porque ele deixou o nosso convívio em 2001. Segundo, não teríamos como adivinhar ou prever a sua reação tanto como intelectual quanto ser humano diante dessa fraqueza moral dos políticos em, mais uma vez, se distanciar do povo. Todavia, para quem conhece a obra de Milton Santos e a sua postura crítica diante de crises com essa dimensão global, é possível sinalizar que ele diria que ainda vivemos num país distorcido repleto de espaços divididos. Ficaria indignado com a continuidade de um modelo administrativo que replica em nosso território ações descoladas de nossas características sociais, ambientais e

econômicas, sobretudo, nessa pandemia. Este ensaio selecionou parte do pensamento de Milton Santos com o objetivo de produzir uma reflexão que contribua para decodificar a dinâmica atual imposta ao território pela Covid-19, e mostrando a necessidade de se pensar num reordenamento político-administrativo do Brasil.

Palavras-chave: Milton Santos; Território; Brasil; Covid-19.

ABSTRACT

Certainly it is impossible to transcribe literally how Milton Santos would analyze this pandemic scenario that we are living. First because he left our conviviality in 2001. Second, we would not be able to guess or predict their reaction both as an intellectual and a human being in the face of this moral weakness of politicians in once again distancing themselves from the people. However, for those who know the work of Milton Santos and his critical attitude in the face of crises with this global dimension, it is possible to signal that he would say that we still live in a distorted country full of divided spaces. I would be outraged by the continuity of an administrative model that replicates in our territory actions that take place from our social, environmental and economic characteristics, especially in this pandemic. This essay selected part of Milton Santos' thinking with the objective of producing a reflection that contributes to decoding the current dynamics imposed on the territory by Covid-19, and showing the need to think about a political-administrative reorganization of Brazil.

Keywords: Milton Santos; Territory; Brazil, Covid-19.

RESUMEN

Ciertamente es imposible transcribir literalmente cómo Milton Santos analizaría este escenario pandémico que estamos viviendo. Primero porque dejó nuestra convivencia en 2001. En segundo lugar, no podríamos adivinar ni predecir su reacción tanto como ser intelectual como como ser humano frente a esta debilidad moral de los políticos al distanciarse una vez más del pueblo. Sin embargo, para aquellos que conocen la obra de Milton Santos y su actitud crítica frente a las crisis con esta dimensión global, es posible señalar que él diría que todavía vivimos en un país distorsionado lleno de espacios divididos. Me indignaría la continuidad de un modelo administrativo que replica en nuestro territorio acciones que se llevan a cabo desde nuestras características sociales, ambientales y económicas, especialmente en esta pandemia. Este ensayo seleccionó parte del pensamiento de Milton Santos con el objetivo de producir una reflexión que contribuya a decodificar la dinámica actual impuesta al territorio por Covid-19, y mostrar la necesidad de pensar en una reorganización político-administrativa de Brasil.

Palabras clave: Milton Santos; Territorio; Brasil; Covid-19.

INTRODUÇÃO

Desde que deixou de ser estigmatizada como uma ciência inútil, caracterizada dessa forma injusta por ser ministrada de forma “decoreba”¹ e, portanto, desinteressante para os alunos, a geografia é reconhecidamente uma ciência que contribui para explicar o mundo

¹ Expressão que remete à metodologia de ensino por repetição e memorização, muito difundida na Geografia Clássica Escolar. Utilizava uma abordagem quantitativa e incentivava os alunos a decorarem os nomes dos países, das capitais, dos rios, entre outros aspectos descritivos da Geografia. Esse método foi duramente criticado pelo movimento da Geografia Crítica que dá origem a uma Nova Geografia Escolar. Esta, baseia-se em uma abordagem qualitativa e incentiva a reflexão crítica para analisar e compreender o mundo em que vivemos. Para maiores informações ver: Pessoa (2007). Disponível em: <https://www.ufpb.br/ppgg/contents/documentos/dissertacoes/rodrigo_pessoa.pdf>. Acesso em 20 out. 2021.

em que vivemos. Por isso, a Geografia está atenta com a propagação do coronavírus pelo território brasileiro e o mundo, contribuindo, sobretudo, para oferecer análises da dinâmica territorial a partir do alastramento do vírus.

Essa pandemia desorganizou os territórios de tal modo que será impossível prever suas consequências futuras. Por outro lado, é possível que essa crise possa nos conduzir para outros modelos de reorganização dos territórios que são desorganizados desde a sua origem, explícito na falta de planejamento, até a dinâmica caótica do presente. Nesse sentido, não tem como dissociar o caos que estamos vivendo no Brasil do comportamento dos políticos brasileiros, em todas as escalas de governança.

Nesse cenário de pandemia, a Geografia se apresenta como uma ciência que pode colaborar em várias frentes de trabalho e pesquisas como, por exemplo, no apoio tecnológico através do uso de ferramentas que ajudam a mapear os focos da pandemia, na análise de vetores ambientais que contribuem para entender a dinâmica do vírus pelo território, e na elaboração de um pensamento crítico sobre o comportamento político, econômico e solidário nos diferentes lugares em relação à pandemia. E é neste último ponto que este ensaio se esforça para colaborar, aplicando alguns dos pensamentos de Milton Santos para o cenário de crise vivido no território nacional.

A CARÊNCIA DE MÉTODOS PRÓPRIOS E O COMPORTAMENTO POLÍTICO

A dificuldade de construir modelos próprios de análise faz do Brasil um país que culturalmente sempre adotou modelos externos. Isso pode ser comprovado na nossa história desde os modelos de governança; adoções de ideologias políticas/partidárias; passando pelo comportamento de uma elite que sempre se comportou como europeus ou norte-americanos; e culminando, atualmente, na adoção de medidas alheias no combate à pandemia. Importante salientar que a adoção de medidas diferentes passa diretamente por um alinhamento político que nossos governantes em todas as escalas (federal, estadual e municipal) têm com governantes de outras nações.

No livro *A pobreza urbana* (2013) ao questionar os métodos para se definir um estágio de pobreza, a partir de uma base estatística, Milton Santos aponta problemas quando se faz um estudo desse tipo por meio da analogia dos lugares. Concordando com Santos (2013, p. 14),

Frequentemente, o trabalho desenvolve-se com material mal selecionado e interpretado erroneamente, visto que a elaboração das estatísticas é feita

obedecendo a uma transferência de conceitos elaborados para a Europa ou América do Norte e aplicados nos países subdesenvolvidos.

Colocando essa crítica de Milton Santos dentro da dinâmica de combate à pandemia no Brasil é possível compreender que: 1) não desenvolvemos métodos próprios para a gestão de crises com essa dimensão, pois, somos dependentes de métodos exógenos que invariavelmente são ineficazes para características geográficas/demográficas diferentes; 2) por diversos fatores, sobretudo, no que tange uma política para o desenvolvimento da ciência somos subdesenvolvidos; e o caminho mais fácil é copiar, imitar.

E os pobres na pandemia? Essa pergunta é fundamental para nós brasileiros devido à característica socioeconômica da nossa população; são milhares de pobres, seres humanos vivendo em situação de miséria que sequer acessam os equipamentos de saúde, mormente, nas grandes cidades. A pobreza não é abstrata. Ela é tão concreta que é definida por meio de meios matemáticos.

Contudo, a pobreza não é uma situação que deve ser tratada de forma homogênea, isto é, ser avaliada somente embasada numa renda que sirva para caracterizar a pobreza em todas as partes do mundo. “Já se tentou também estabelecer um limiar estatístico exato da pobreza, tomando como referência, por exemplo, salários e horas de trabalho” (SANTOS, 2013, p. 17). Certamente que o grau de compromisso de bem-estar social que o governante imprime ao território é um vetor que vai influenciar na vida dos pobres.

Evidentemente que “a pobreza existe em toda a parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade” (SANTOS, 2013, p. 18). Os pobres no Brasil são desamparados durante toda a sua vida. São alijados da educação, sem moradias dignas, o subemprego ou a mendicância são suas fontes de renda, a sua segurança depende quase exclusivamente de uma ação divina. Quem vive na miséria no Brasil tem sua moradia construída com papelão, materiais achados nos lixões, sequer tem dinheiro para comprar sabonete para a higiene pessoal. São pessoas que não tem como solicitar auxílio emergencial, pois, a tecnologia é algo muito distante para elas. Como essas pessoas podem se proteger da Covid-19? Como estabelecer *lockdown* em comunidades carentes que vivem da relação de proximidade com o outro, numa solidariedade que é a base da sua sobrevivência.

Assim, a pobreza no Brasil não é igual à pobreza que existe em países desenvolvidos econômica e tecnologicamente. Inclusive os pobres nos países produtores de tecnologia receberão vacinas contra a Covid-19 antes que os pobres no Brasil. Portanto, “a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social” (SANTOS, 2013, p. 18).

Existem ações contra a Covid-19 que podem e devem ser aplicadas a todas as pessoas em qualquer parte do mundo. Entretanto, cada lugar é único. No Brasil, as diversidades ambientais, urbana, cultural, socioeconômica exigem dos governantes planejamentos diferenciados. Por exemplo: em determinados lugares os pobres deveriam ser vacinados como prioridade. Mas, optamos por seguir um protocolo exógeno.

O texto *O homem dos riscos e o homem lento e a teorização sobre o risco epidemiológico em tempos de globalização* de Gil Sevalho (2012), apresenta um debate sobre a concepção de homem lento, de Milton Santos, e sua relação com os riscos epidemiológicos onde vivem, sobretudo, nos lugares opacos das grandes cidades que são caracterizados pela falta de políticas de educação, saúde pública de qualidade, saneamento básico; isto é, são pessoas que vivem no seu cotidiano expostas ao risco de se contaminarem por qualquer tipo de doença.

Por outro lado, não é suficiente simplesmente se estabelecer uma analogia com os países desenvolvidos, sobretudo no que concerne ao auxílio financeiro aos pobres. O auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal para o mês de abril de 2021 varia entre R\$150,00 a 375,00². Ao convertermos o valor maior do auxílio emergencial em dólar (R\$5,55 cotação em 12/03/2021) teremos aproximadamente U\$68,00 por mês que divididos em 30 dias chega-se a um valor de U\$2,26. De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada entre 2017 e 2018 são consideradas pessoas abaixo da linha da pobreza aquelas que vivem com R\$5,50/dia (IBGE, 2019). Se pegarmos o valor de R\$150,00 a crueldade com os pobres será ainda maior. Se adaptarmos a crítica que Milton Santos elabora sobre o papel da analogia e da comparação nos trabalhos de geografia para este texto veremos que:

O método comparativo, tanto quanto o da analogia, procura agrupar os diversos fenômenos segundo sua natureza e definir as relações entre eles. Esse método não é suficiente, pois a comparação se faz apenas entre as manifestações objetivas de uma multiplicidade de interações de natureza múltipla. E não basta querer alcançar as causas profundas desses resultados aparentes. Na realidade, a atenção do pesquisador deve ater-se inicialmente à pesquisa dessas causas (SANTOS, 1991, p. 15).

Para estabelecer uma analogia com um país europeu, que não seja considerado desenvolvido e com a economia abaixo da brasileira, adotamos os dados do auxílio social

² MENDONÇA, Heloísa. Auxílio emergencial de 2021 começa em 6 abril, com valores menores e com menos beneficiados. **Jornal El País**, São Paulo, 19 mar. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2021-03-31/auxilio-emergencial-de-2021-comeca-em-6-abril-com-valores-menores-e-menos-beneficiados-saiba-as-regras.html>>. Acesso em: 20 out. 2021.

em Portugal³. No país, que foi nossa metrópole nos tempos de colonização, o pobre receberá 189 euros, que convertidos ao câmbio do dia 12/03/2021 chega-se a um valor de R\$1.255,00. Os críticos poderão apontar a dimensão territorial e o quantitativo populacional entre os países para justificar que Portugal tem condições econômicas de fornecer um valor sete vezes maior que o Brasil oferece aos seus pobres. Certamente que esse viés não pode ser descartado, contudo, o Brasil sempre tem frequentado as 15 primeiras posições no ranking da economia mundial, enquanto Portugal está sempre abaixo do trigésimo.

Segundo Santos (2013, p. 24), “é frequente imputar-se a pobreza, e, sobretudo a pobreza urbana, ao crescimento demográfico”. Ora, se o Brasil é um país abarrotado de pobres não podemos dizer que isso seja um fenômeno de ordem natural, mas um processo histórico e contínuo do modelo administrativo implantado por prefeitos, governadores, presidentes da república e demais políticos que integram todo o sistema de governança, que são negligentes no acompanhamento do crescimento da pobreza no país.

Dessa forma, a política brasileira copia modelos externos de acordo a sua percepção de mundo, seguindo uma lógica própria que procura em políticas alheias um caminho que solucione, ainda que momentaneamente, questões que são estruturais e particulares da nossa cultura, da nossa dinâmica, com as nossas características ambientais. Quando Santos (2013, p. 14) diz que “o peso das ideias feitas, a lei do mínimo esforço, o prestígio do exemplo, tudo contribui para manter um instrumento de pesquisa baseado em ideias preconcebidas”, uma crítica à falta de identidade em algumas pesquisas, o mesmo também pode ser aplicado para a maioria dos nossos governantes.

Quando Donald Trump minimizou a gravidade do vírus⁴, que estava ultrapassando todas as fronteiras entre continentes, países e cidades, sua preocupação foi com a hegemonia norte-americana; e quando Jair Bolsonaro⁵ replica o mesmo comportamento político/econômico de Donald Trump para a sociedade brasileira, significa aflorar a nossa condição histórica de uma triste caricatura por tentarmos igualar aos Estados Unidos.

Outrossim, este comportamento do nosso atual presidente da República é característica da face perversa do processo de globalização instalado nos países pobres que

³ SEGURANÇA SOCIAL EM PORTUGAL. Disponível em: <<https://www.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao>>. Acesso em 20 out. 2021.

⁴ GANGEI, J.; HERB, J.; STUART, E. Em livro, Trump admite ter minimizado ameaça do novo coronavírus. **CNN Brasil**, São Paulo, 09/09/2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-livro-trump-admite-ter-minimizado-ameaca-do-novo-coronavirus/>>. Acesso em: 20 out. 2020.

⁵ GUERRA, R. Veja dez vezes em que Bolsonaro minimizou a crise do novo coronavírus. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07/07/2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/veja-dez-vezes-em-que-bolsonaro-minimizou-crise-do-novo-coronavirus-24519705>>. Acesso em 20 out. 2020.

se recusam a sua origem cultural e rejeitam pensar de forma endógena. E, “a globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada” (SANTOS, 2000, p. 65).

Afinal, qual governo brasileiro tentou promover um desenvolvimento descolado do modo norte-americano ou europeu? Não por acaso Eduardo Galeano vai perguntar: até quando iremos nos comportar como papagaios ou macacos?⁶ Ele se referia à condição da América Latina copiar os exemplos de economia que valorizava o consumismo. As palavras de Galeano são corroboradas numa análise de Milton Santos sobre a gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) no período de 1994 a 2002: “é a primeira vez que alguns países, entre os quais o Brasil, decidem se alienar completamente da condução do seu próprio destino” (SANTOS, 2002, p. 43). Nesse ponto pode-se dizer que Bolsonaro e FHC adotaram políticas externas semelhantes haja vista a subserviência do nosso atual presidente ao ex-presidente norte-americano.

Outrossim, apoiadores do Partido dos Trabalhadores em governos anteriores pediam a saída do Fundo Monetário Internacional – FMI do Brasil, mas, assim que Lula assume o poder, há uma política de quitar a dívida com o FMI, inclusive, depois fazendo do Brasil um país credor do mesmo FMI. Também pode ser considerada uma política de subserviência. Portanto, independentemente da coloração partidária o Brasil em diferentes graus foi subserviente aos Estados Unidos.

Apesar da Covid-19 afetar diretamente a saúde das pessoas, a maior preocupação foi com a saúde do mercado financeiro. Ao negligenciar as informações científicas que classificaram a Covid-19 como um vírus altamente letal e de rápida propagação pelo espaço, presidentes de países, primeiros-ministros e prefeitos não tiveram como objetivo principal tranquilizar a sociedade, mas, de proteger ao máximo a economia. Daí Milton Santos (2002, p. 93) afirmar que “a única crise que se deseja afastar é a crise financeira, não qualquer outra”. Ao tentar calar o médico Li Wenliang, a China pensou em não parar suas exportações; ao não aderir à campanha para que Milão entrasse em lockdown, o prefeito Giuseppe Sala se preocupou em não parar um dos maiores centros de negócios do mundo.

O Brasil poderia ter tido um cenário mais ameno na pandemia, mas, preferiu seguir líderes políticos de outros países, de outras cidades que são os centros da economia mundial continuando numa política imitativa, demonstrando uma grande limitação de

⁶ Este pensamento de Eduardo Galeano foi registrado em entrevista fornecida ao cineasta Silvio Tendler e compõe o vídeo documentário “Encontro com Milton Santos ou O Mundo Global Visto do Lado de Cá”, Silvio Tendler, 2006.

compreender o seu próprio território, portanto, cultivando um olhar distorcido do papel do Brasil no cenário mundial.

UM PAÍS DISTORCIDO E DIVIDIDO

Em telejornais, em rodas de conversa no cotidiano das cidades, um questionamento sempre está presente: seremos diferentes depois da pandemia, num sentido do bem? Ao observarmos comportamentos amorais e antiéticos registrados pela imprensa não seria absurdo que grande parte da população brasileira se desiludisse com o nosso futuro. Compras superfaturadas de equipamentos⁷, empresas diminuindo a produção para aumentar os preços de equipamentos de segurança na saúde, desvios de verbas em plena pandemia, vacinas falsamente aplicadas⁸, a politização bipolar da pandemia⁹, são exemplos que fomentam a produção de lugares individualizados num país cada vez mais dividido. Esses desvios de conduta servem para caracterizar o comportamento de todos os brasileiros? Certamente que não. Entretanto, a dimensão que eles alcançam através dos meios de comunicação provocam indignação na sociedade bem como no meio intelectual.

Quando Milton Santos tratou o Brasil como um país distorcido sua crítica central estava num comportamento imitativo, sobretudo, por parte de uma elite econômica, política e acadêmica. Esse tipo de conduta trouxe sérios problemas para a “elaboração dos pensamentos brasileiro e latino-americano e em nossa própria visão de nós mesmos e do continente” (SANTOS, 2002, p. 51). A questão maior se encontra em que tipo de cópia queremos ser dos europeus ou dos norte-americanos (SANTOS; SILVEIRA, 2000). Não haveria problema algum se copiássemos a mesma política de investimentos que alguns países da Europa e os Estados Unidos destinam para o desenvolvimento científico que passam necessariamente pela consolidação de uma educação de base. Se adotássemos esse tipo de imitação, com certeza, teríamos uma vacina brasileira para o combate a Covid-19.

Recebemos uma educação escolar que nos ensinava a estudar a China e a Rússia de forma caricata ou como vilões. Uma visão deturpada sob uma ideologia eurocentrista e, principalmente, norte-americana que contou, entre tantos vetores, com uma grande

⁷ JUCÁ, J.; BRONZE, G. Quase R\$ 2 bilhões: relembre operações da PF contra desvios na pandemia. **CNN Brasil**, São Paulo, 26/06/21. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/compras-de-equipamentos-para-combate-a-covid-19-tem-fraudes-pelo-mundo.shtml>>. Acesso em: 21 out. 2021.

⁸ COSTA, A. Três estados têm casos de falsa aplicação de vacina. **CNN Brasil**, São Paulo, 16/02/21. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/tres-estados-tem-casos-de-falsa-aplicacao-de-vacina-medicos-explicam-cuidados/>>. Acesso em 21 out. 2021.

⁹ COUZEMENCO, F. Polarização e politização da pandemia causaram muitas mortes no Brasil. **Século Diário**, Espírito Santo, 30/04/21. Disponível em: <<https://www.seculodiario.com.br/saude/polarizacao-e-politizacao-da-pandemia-causaram-muitas-mortes-no-brasil/>>. Acesso em 21 out. 2021.

colaboração da indústria cinematográfica norte-americana. Nessa pandemia, estes dois países estão na linha de frente no que se refere à produção de vacinas contra a Covid-19, e o Brasil altamente dependente de insumos e da própria vacina de origem chinesa e de origem russa. A nossa posição de inferioridade no combate a Covid-19 é também fruto da perda contínua da capacidade de pensar o nosso território e o mundo com um olhar próprio.

A dependência de conceitos alheios nos custou muito caro na busca para construir um caminho próprio para o nosso desenvolvimento interno. Replicamos, nas relações entre os estados, o mesmo modelo de relação em escala mundial entre os países, isto é, a divisão entre os espaços que mandam e os espaços que obedecem (SANTOS; SILVEIRA, 2005), uma hierarquia que ficou mais explícita nessa pandemia. O estado de São Paulo, maior centro econômico do país, se tornou também o centro de embate político e de modelo de combate à pandemia em contraposição, entre o governador do estado de São Paulo, João Dória, e o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro.

Nos outros estados as capitais ditam da dinâmica econômica e o comportamento social que deve ser empregado para as cidades do interior. Portanto, um paradigma de organização político-administrativa análoga à relação metrópole e colônia. Não se trata aqui de acirrar a relação entre ricos e pobres, mas de encontrar um caminho que haja uma diminuição do fosso que existe entre eles. Mesmo porque “num mesmo lugar, os elementos de modernização que correspondem à evolução mundial não realizam seu impacto ao mesmo tempo” (SANTOS, 1991, p. 109). Por outro lado, a bipolaridade política, que é limitante para um pensamento amplo, é uma das causas que emperram o Brasil ser um país mais solidário, não caridoso.

De forma diferente dos países desenvolvidos, no Brasil “nem a existência de redes é garantia de difusão homogênea dos fatores, nem a vida sistêmica exclui a hierarquia” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 264). A hierarquia dos lugares é uma lógica imposta pelo capital, que propiciará a ocorrência de lugares luminosos, como também o contrário, os lugares opacos geralmente são em maior quantidade. Essa dicotomia entre os lugares ajuda a explicar o porquê da sociedade não estar equitativamente distribuída pelo espaço, pois a distribuição desigual é também “o resultado de uma seletividade histórica e geográfica, que é sinônimo de necessidade” (SANTOS, 2012, p. 61). Via de regra, as pessoas procuram os lugares mais luminosos para se estabelecerem.

Logo, se espera que os governantes utilizem dos seus recursos financeiros gerados pelos impostos arrecadados, privatizações etc., para aumentar e construir novas redes que atendam, mormente, as sociedades que moram nos lugares opacos. O pós-pandemia

deveria gerar atitudes governamentais como essa, reconhecendo a hierarquia, mas propiciando um cenário de solidariedade nacional.

VIVEMOS NUMA NATUREZA HOSTIL?

Certamente que para os povos tradicionais a natureza é sempre parte da sua vida, nunca uma dicotomia ao modo de vida. Para a maioria da população mundial, que vive nas cidades, a chuva pode ser um transtorno, a seca pode diminuir a capacidade de produção, o vulcão pode fazer desaparecer uma cidade. Cientificamente há uma infinidade de estudos que abordam a relação do homem com a natureza, algumas enveredam pela interatividade e outras focam no antagonismo. Para este tópico foi resgatado o texto “1992: a redescoberta da natureza”, do Prof. Dr. Milton Santos.

É comum quando há catástrofes, que tem como causa um dos elementos da natureza, dizer-se que a natureza está revidando. De acordo com Santos (1992, p. 96), “a história do homem sobre a Terra é uma história de ruptura progressiva entre o homem e seu entorno. [...] o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo”. Dessa forma, há um sufocamento dos elementos naturais que se muito tensionados poderão modificar suas dinâmicas como, por exemplo, o avanço do mar e aquecimento global.

O que tem a ver isso com a disseminação da Covid-19? Se consideramos que o planeta é um grande organismo, então o aparecimento de doenças, até então desconhecidas, pode significar também uma resposta da natureza. Afinal, se confirmar que o morcego é principal transmissor do vírus, ele também é parte da natureza aprisionada pelo homem. Para Santos (1992, p. 100), “como a inovação é permanente, todos os dias acordamos um pouco mais ignorantes e indefesos”; o que justifica essa tensão mundial entre os países causada por essa pandemia, pois cada vez mais a diplomacia é comprometida por posições radicais e que nos torna mais ignorantes; e uma corrida dos laboratórios de todo o mundo procurando uma vacina para diminuir nossa condição de seres indefesos.

Portanto, não há uma natureza hostil, mesmo porque hostilidade é uma característica que aparece nos seres humanos. Vivemos cada vez mais num mundo artificializado que utiliza o discurso do conforto humano, da maior quantidade de produção de alimentos, da tecnologia comercial como a única saída para o desenvolvimento; entretanto, estamos nos afastando do outro, perdendo a capacidade de comunicação e de solidariedade, vivendo em territórios num estágio de confinamento, ainda que não

houvesse essa pandemia. Afinal, a urbanização nas cidades é dividida em guetos, condomínios, favelas, centro, periferia; onde os muros visíveis e invisíveis dividem as áreas de confinamento.

A PANDEMIA E A CRISE DO/NO TERRITÓRIO

Diretamente o trabalho do geógrafo não tem interferência no combate e/ou controle da Covid-19. Por outro lado, cabe à geografia elaborar reflexões que contribuam para a compreensão da dinâmica política e econômica, sobretudo no seu país. No Brasil, diversos periódicos científicos¹⁰ na área de geografia lançaram dossiês objetivando reunir uma diversidade de análises perpassando por diferentes vieses de pensamento, proporcionando uma gama de leitura que os geógrafos realizaram concernente aos impactos da pandemia no território nacional.

E ainda que essa crise seja de dimensão mundial a análise do geógrafo deve se pautar pelas características sociais, econômicas, culturais e ambientais de cada lugar. Daí, Santos (1991, p. 33) sugerir que devemos “propor uma geografia dos países desenvolvidos em oposição a uma geografia dos países industrializados”. Por isso, mesmo que as medidas de combate tenham uma tendência de unificação global, é imprescindível que o Brasil pense nas suas particularidades para que os danos, principalmente, humanos sejam minimizados.

Dentro da imensa pluralidade da análise que Milton Santos desenvolveu sobre as dinâmicas dos territórios, sublinhamos um tema que é muito caro para nossas pesquisas e que pode ser amplificado num debate brasileiro, nesses tempos de pandemia: “um reordenamento global para o Brasil” (SANTOS, 2002, p. 32). É preciso também que o país discuta a possibilidade de uma reorganização político-administrativa, um assunto que causa muito desconforto, sobretudo, para governantes que enxergam os Estados como parte de suas propriedades privadas.

Portanto, os governadores não são democráticos quando são chamados a discutir o tamanho do território do Estado que governam, e o que isso pode implicar numa gestão

¹⁰ Exemplos de periódicos que lançaram dossiês sobre o tema Geografia e Pandemia: A revista *Geografares*, Vol. 1, n. 32, (2021), apresenta um dossiê especial intitulado *Geografizando a pandemia – entre lugares do adoecimento existencial*, ver: <https://periodicos.ufes.br/geografares/issue/view/1318>; A revista de Geografia do Colégio Pedro II – Giramundo, Vol. 7, n.13, (2020), com o dossiê *Geografia e Educação no Contexto da Pandemia* - ver: <https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/GIRAMUNDO/issue/view/173>; A Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde – *HYGELA* com uma *Edição Especial: COVID-19*, (2020), ver: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/issue/view/1972>; A Revista *Ambiente: Gestão e Desenvolvimento*, com o dossiê temático *A pandemia de COVID-19 na Amazônia e no Mundo: desafios e perspectivas*, (2020), ver: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/issue/view/39>.

que acentua as desigualdades. Por exemplo, no território da Bahia (567.295 km²) cabe uma França (543.965 km²), dentro da Bahia cabem quase 26 estados do tamanho de Sergipe (21.910 km²). É impossível governar com uma equidade dentro de uma proposta de justiça espacial, e o mais grave, não há a construção de redes que interligam os lugares opacos com os lugares luminosos.

Nesse contexto, pode-se juntar ao estado da Bahia o Amazonas, que ocupa mais de 18% do território brasileiro, e Minas Gerais, com mais de 850 municípios. Essa configuração contribui para o isolamento de algumas regiões e, ao mesmo tempo, mantém um centro privilegiado e dominador (capitais e grandes cidades). Mas, o debate outra vez esbarra em algumas ideias economistas, que produzem um antagonismo entre economia *versus* democracia no território da formação de novos estados. Para Souza (1998, p. 25)

A questão da espacialidade, da territorialidade brasileira, é sempre deixada de lado nas discussões políticas brasileiras e nas formulações dos Planos e Políticas Públicas. [...] o viés economicista, que há duzentos anos domina a elaboração das políticas econômicas e sociais, no entanto, impede esse tipo de análise e consideração.

Essa análise da Professora Maria Adélia Souza cabe perfeitamente para essa reflexão em tempos de pandemia, pois, não houve uma política seja de tratamento observando os fatores locais ou regionais, ao contrário, permaneceu a política da centralidade seja nas formas de tratamento ou nas formas de prevenção. A Dinâmica da Covid-19 mostra que essa centralidade serve, sobretudo, para conquista de objetivos políticos no que se refere à ampliação de poder de um determinado partido ou de suas coligações. Para Milton Santos, tudo isso tem a ver com o pacto territorial, que para ele “não se forma somente de arranjos eleitorais, nem da repartição geográfica dos impostos e das jurisdições administrativas, mas, sobretudo do conteúdo político e social que as fronteiras incluem para tornar mais adequado o exercício da cidadania” (SANTOS, 2002, p. 34).

É fundamental avançarmos nesse tema, pois a atual configuração político-administrativa do Brasil não contempla as necessidades de territórios tão desiguais dentro de um mesmo país. “O processo de globalização e fragmentação implicam territórios diversos que se constituem, especialmente neste fim de século, em geografias das desigualdades” (SOUZA, 1988, p. 21); e, no Brasil, a pandemia contribuiu ainda mais para o afloramento das desigualdades, mormente, aquelas de caráter econômico e social, com predominância dos lugares opacos habitados por homens lentos.

A pandemia mostrou como as pequenas cidades carentes de infraestrutura na saúde sofreram para atender seus enfermos mais graves. Mesmo antes da pandemia da Covid-19 uma gama de análise geográfica já apontava que “muitas áreas de nosso vasto país vivem praticamente à míngua de cuidados da parte dos respectivos estados” (SANTOS, 2002, p. 32). Não são raros estudos que apontam para um caminho de reordenamento do território brasileiro. Este também é o desejo de vários políticos em diferentes estados brasileiros; e aqui pode estar uma grande repulsa para que o reordenamento seja olhado com mais atenção, pois, os projetos dos políticos, em sua maioria, apresentam um desejo ávido pela continuidade do poder através da formação de outras unidades federais.

Certamente que num breve ensaio, como se propõe a ser este texto, não vamos reduzir a discussão do reordenamento territorial do Brasil através da pandemia. Por outro lado, esse cenário pandêmico afeta todo o território econômica e socialmente, causando crises em diversos setores da sociedade. Sendo assim, a atual crise sanitária que vivemos não pode ser dissociada do trabalho do geógrafo, inclusive sobre o tema do reordenamento. De acordo com Milton Santos (2002),

De um ponto de vista social, que aqui nos interessa, é evidente que em imensas regiões ainda desarticuladas, ou que já nascem desintegradas e onde o exercício da cidadania se tornou impossível, tanto sob o ângulo político-eleitoral, como sob o ângulo do acesso aos bens e serviços indispensáveis a uma vida decente, a criação de novos Estados em muitos casos criará as condições para uma acessibilidade política (SANTOS, 2002, p. 33).

A criação de novos Estados não garantirá uma governança justa, que o povo seja atendido na totalidade de suas necessidades para viver no completo bem-estar social, por outro lado, cresce a proximidade entre o povo e os governantes e conseqüentemente as reivindicações serão mais amplificadas. A mesma análise pode ser aplicada para a emancipação de distritos que desejam se tornar municípios, contudo, existem distritos, principalmente aqueles que abrigam comunidades tradicionais, que vivem completamente alijados do desenvolvimento da sede.

É preciso reconhecer que “a descentralização não apenas formal ou funcional, mas estrutural, pode e deve ser um instrumento de democracia política e social” (SANTOS, 2002, p. 33). Não foi a pandemia que provocou essa reflexão, a fragilidade de governança nos Estados brasileiros, sobretudo os maiores em dimensões territoriais e populacionais é uma enfermidade histórica. Nunca houve um atendimento equitativo para as necessidades das pessoas que vivem nos lugares opacos; lugares opacos que também fazem parte das grandes cidades. A dinâmica da Covid-19 passa a ser mais um vetor para que os geógrafos

que se dedicam a estudar o reordenamento territorial não desistam na elaboração de proposições para o território brasileiro, ainda que as oposições ao reordenamento ocupem maior espaço na mídia bem como na academia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comportamento de governantes municipais e estaduais bem como o do presidente da república indica que não há expectativas de que o país sairá mais unido, fortalecido dessa crise. A maioria dos nossos políticos não apresenta projetos explícitos para diminuir a pobreza, não têm projeto para a melhoria da educação e ciência do país, ainda que a pandemia tenha mostrado a importância da ciência para o desenvolvimento de um país. O que há são ações isoladas numa determinada região ou pontualmente numa cidade, mas, no âmbito da totalidade do território nacional estamos longe de uma proposta que tenta estreitar ou suprimir as linhas abissais (SANTOS, B. S., 2008) que segregam e, por conseguinte excluem a maioria da população do acesso às condições básicas de viver com bem-estar social.

O contraditório que se apresenta nesse momento de pandemia é que os políticos cobram da população um comportamento que não lhe foi dado, sobretudo, através do acesso à educação, na possibilidade de uma formação crítica do cidadão em relação ao território que habita. Do mesmo modo, a nossa classe política em sua grande maioria apresenta desvios de conduta ética, de distanciamento dos anseios da população, logo, perde sua legitimidade no que concerne ao desejar que o povo confie nas suas posturas, também nesse momento pandêmico.

Geralmente, a ideologia de governo em países do terceiro mundo não é original, pois, sempre é copiada de um país com o qual tem uma relação de subserviência, ou ainda tentam copiar modelos de gestão e de economia totalmente desconexo com a realidade local. E isto independe de coloração partidária, passa muito mais pelo comportamento, pelo caráter do governante. E esses mesmos países ou blocos econômicos, em pleno século XXI, que assumem posturas análogas à relação metrópole versus colônia, onde subjugam os países subdesenvolvidos às suas conveniências econômicas, agora são os mesmos que cobram um comportamento exemplar de combate à pandemia em sociedades que historicamente foram espoliadas por eles.

Provavelmente se fosse perguntado qual a seria a saída para o Brasil, Milton Santos não teria uma resposta pronta, pois era um homem do pensar. Seria preciso buscar em sua obra para entender o que ele pensava sobre a dinâmica global, sobre o Brasil e o papel do

país em relação ao mundo. Mas, isso parece ser irrelevante para o mundo da política brasileira, haja vista que esse meio é composto basicamente por homens e mulheres do fazer, do imediatismo.

Discursos políticos estéreis, a continuidade da privatização dos bens sociais, territórios administrados politicamente por empresários, a depreciação dos servidores públicos em todos os níveis de governança, educação e ciência negligenciadas, políticos com baixo nível de formação escolar, a indiferença com o alastramento da pobreza, o privilégio substituindo o direito nas relações do cotidiano, a persistência da centralidade dos investimentos em detrimento dos lugares opacos, a crítica pela crítica no lugar da análise, são alguns dos sinais que indicam a permanência do Brasil no grupo dos países do Terceiro Mundo onde o trabalho do geógrafo é uma oposição constante ao que está estabelecido pelo pensamento distorcido de uma pequena elite que comanda o país, sobretudo na política e na economia.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 06, 1992.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SEVALHO, Gil. O "homem dos riscos" e o "homem lento" e a teorização sobre o risco epidemiológico em tempos de globalização. **Revista Interface**, v. 16, n. 40, p. 07-20, 2012.

SOUZA, Maria Adélia. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.

Como citar:

ABNT

CERQUEIRA NETO, S. P. G. [et al.]. Como Milton Santos explicaria o Brasil nesse momento de pandemia?. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 8, e202218, 2022. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202218>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

APA

Cerqueira Neto, S. P. G. [et al.]. Como Milton Santos explicaria o Brasil nesse momento de pandemia?. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 8, e202218, 2022. Recuperado em 30 dezembro, 2022, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202218>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.

Copyright © 2022, Universidade Federal do Maranhão.

